

07
Junho
2017



TJ
ES

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIP PING

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO

Três mil condenados por agressões

Assim como o empresário Lírio Parisotto, que foi condenado pela Justiça de São Paulo por lesão corporal contra a ex-mulher dele, a atriz Luiza Brunet, o Poder Judiciário capixaba condenou 3.093 homens por agressão, no período de um ano.

Segundo a juíza coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, Hermínia Azoury, o levantamento considera 6.186 processos sentenciados, do dia 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro do mesmo ano.

“As sentenças condenatórias representam pelo menos 50% de todas essas decisões, aplicadas em 2016. A pena vai até três anos de prisão, mas em regra a aplicação dela se dá mais em regime aberto, com serviço comunitário”, relatou a magistrada.

No caso Luiza Brunet, o empresário vai cumprir um ano de prisão em regime aberto e mais um ano de serviço comunitário.

Na decisão, a juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcanti apontou que a execução da pena pode ficar suspensa por dois anos, quando ele deve ficar sob vigilância (podendo sofrer restrições e prestar serviços à comunidade).

Na prática, a juíza Hermínia explica que o agressor fica proibido, por exemplo, de sair de casa após as 21 horas.

POSITIVO

A delegada Michelle Meira, titular da Delegacia da Mulher (Deam) de Cariacica, avaliou como fator positivo o número de condenações no Estado.

No entanto, ela alerta que existem casos em que os condenados voltam a ameaçar as vítimas e os casos de reincidência demonstram fragilidades da lei. “Estabelecer apenas restrições para o agressor mostra o quanto a lei é branda. Restrições para quem sofreu a violência é pouco!”

DIVULGAÇÃO



LÍRIO PARISOTTO foi condenado por agredir a ex-mulher Luiza Brunet

Empresário protesta

A condenação a um ano de prisão em regime aberto — e mais um ano de serviço comunitário — não foi bem recebida pelo empresário Lírio Parisotto.

Insatisfeito, o empresário fez uma postagem em uma rede social na qual chamou a ex-mulher, a atriz Luiza Brunet, de mentirosa e a acusou de estar interessada somente no dinheiro dele. A defesa de Parisotto já anunciou que irá recorrer da decisão. Luiza, por sua vez também fez uma postagem em uma rede social, mas preferiu

agradecer ao apoio recebido.

Para a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Nevid) do Ministério Público Estadual (MP-ES), a promotora de Justiça Claudia Santos Garcia, casos como este, em que o homem é responsabilizado pelos crimes de violência doméstica, são um exemplo positivo.

“É um indicativo de que estamos tendo uma resposta criminal. Também significa que o homem está sendo penalizado”.

Justiça do ES condena construtora a devolver mais de R\$ 40 mil a dois clientes

O dinheiro é relativo a valores já pagos para aquisição de um apartamento. G1 entrou em contato com a construtora Lorenge, mas ainda não teve retorno.

A justiça do Espírito Santo condenou, na terça-feira (30), uma construtora a restituir duas pessoas em R\$ 41.457,40, relativos a valores já pagos para aquisição de um apartamento. Por causa de aumento considerável na atualização monetária utilizada no contrato de compra do imóvel, os autores não tiveram condições financeiras de permanecer no contrato.

O G1 entrou em contato com a construtora Lorenge, mas ainda não teve retorno.

De acordo com os autos, quando ocorreu a solicitação de distrato, a empresa ofertou a devolução da quantia de R\$ 38.615,77. Entretanto, os consumidores já haviam pagado a quantia de R\$ 46.063,77.

Além disso, a construtora afirmou, ainda, que a restituição dependeria da venda da unidade e das condições de pagamento. Por isso, os consumidores pediram a nulidade da cláusula assinada, a rescisão de contrato e a devolução de 90% dos valores pagos imediatamente.

De acordo com a magistrada da 2ª Vara Cível de Vitória, Danielle Nunes Marinho, a empresa reteve 15% do valor pago como forma de multa, sendo que o permitido pela legislação é de 10%, além de outros encargos.

“A esse respeito, entendo que a retenção acima de 15% do valor pago se mostra desproporcional, irrazoável e inadequada ao caso concreto, sendo abusiva, eis que os ora recorrentes não comprovaram maiores despesas que justificassem a retenção de valor superior ao estabelecido em jurisprudência – 10% sobre o valor adimplido do contrato – valendo ressaltar que as recorrentes terão a imediata disponibilidade do imóvel para aliená-lo a terceiro, sem maiores prejuízos”, frisou a juíza.

Dessa maneira, a magistrada entendeu que houve abuso no valor da cobrança e a construtora deve restituir a quantia de R\$ 41.457,40, corrigido monetariamente desde a data da solicitação da rescisão contratual e com juros de mora a contar da citação.

CASTELO

Companhia de saneamento é condenada por mau cheiro em Castelo

06/06/2017 às 19:18 - Atualizado em 06/06/2017 às 19:18

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) condenou uma companhia de saneamento a implantar sistemas eficientes de eliminação de mau cheiro causado por uma estação de tratamento de esgoto (ETE) instalada na localidade de Aracuí, em Castelo. A situação vem causando incômodo aos moradores da comunidade e, segundo as entença do Juiz da 1ª Vara de Castelo, Joaquim Camatta Moreira, em caso de descumprimento da decisão judicial, a companhia de saneamento deve pagar multa diária de R\$ 1 mil.

De acordo com o processo, a empresa já teria tomado algumas providências para minimizar o problema, porém ainda não estaria solucionado.

Segundo o Relator do processo no TJES, Desembargador Jorge do Nascimento Viana, a minimização dos odores informada na petição inicial do recurso da empresa, só ocorreu em razão da ordem judicial liminar, "o que evidencia, então, a existência do interesse processual que, decerto, ainda se mantém." O magistrado destacou, ainda, que pela sentença proferida, bem como da prova testemunhal, o que houve foi uma minimização dos fortes odores. Sendo assim, a extinção do processo sem julgamento do mérito, como pretende a companhia de saneamento, desobrigaria a mesma a continuar com o trabalho executado.

Em sua sentença, o juiz de primeiro grau ressaltou que é de conhecimento de todos que a implantação do sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário da população de Castelo é imprescindível e deve ser feito da maneira mais eficiente possível. Todavia, afirma o magistrado, o serviço pelo qual a empresa é muito bem remunerada pelo consumidor deve ser prestado em favor deste e não de forma a lhe causar dano pessoal ou ao meio ambiente em que vive.

Segundo o magistrado, a companhia ainda não cumpriu com a obrigação negativa referente à emissão dos gases provenientes da estação de tratamento, "em desrespeito ao interesse público e à coletividade que mantêm o serviço e têm o direito de preservar o habitat livre de agressões, incluindo as odoríferas provenientes de esgotamento de dejetos, cabendo à requerida não somente minimizar o problema, mas empregar todas as técnicas necessárias a extirpar a poluição aérea por ela provocada", destacou o juiz.

Para o magistrado, sendo a atividade da requerida vinculada ao risco por eventuais prejuízos causados à população e ao meio ambiente, compete à mesma empreender todos os meios e técnicas para que o cidadão não sofra qualquer tipo de transtorno. "Qualquer alteração no meio ambiente que venha a atingir a dignidade e a qualidade de vida humana, recebe a significância jurídica adequada".

LICENCIAMENTO

Decisão do STF adia volta da Samarco

Mineradora depende de aval do município de Santa Bárbara para captar água e operar

▄ O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu uma decisão judicial que obrigava o município de Santa Bárbara (MG) a se posicionar sobre a atuação da mineradora Samarco na região, o que seria um passo importante para a empresa dar entrada no processo de licenciamento e reiniciar suas atividades de mineração.

Para reiniciar a produção, interrompida desde o colapso de uma de suas barragens de rejeitos de mineração em Mariana, em novembro de 2015, a Samarco precisa voltar a captar água no município.

A Samarco precisa apenas de uma declaração de conformidade de Santa Bárbara para dar entrada

em processo de licenciamento operacional corretivo das estruturas existentes no complexo de Germano, junto ao órgão ambiental estadual (Semad).

Um dos cinco municípios diretamente afetados pelas atividades da Samarco, Santa Bárbara foi o único que não entregou a declaração de conformidade à mineradora.

O rompimento da barragem deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e poluiu o rio Doce, que deságua no mar do Espírito Santo. O evento foi considerado como o maior desastre ambiental do país. Em entrevista à Reuters em maio, o presidente da Samarco, Roberto Carvalho, citou a demora para obter o aval de Santa Bárbara como um dos obstáculos que coloca em risco a intenção de a empresa de retomar a produção ainda neste ano.

VITOR JUBINI/ARQUIVO



Unidade da Samarco no Estado, que está desativada



ENTRADA DA SAMARCO: empresa precisa de licença para captar água

Atraso na volta da Samarco

Decisão do Supremo Tribunal Federal vai dificultar liberação de licença ambiental necessária para retorno das atividades

BELO HORIZONTE

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu uma decisão judicial que obrigava o município de Santa Bárbara (MG) a se posicionar sobre a atuação da mineradora Samarco na região, o que pode atrasar o processo de licenciamento ambiental, necessário para reiniciar suas atividades.

Para reiniciar a produção, interrompida desde o colapso de uma de suas barragens de rejeitos de mineração em Mariana (MG), em novembro de 2015, a Samarco precisa voltar a captar água no município.

A Samarco precisa apenas de uma declaração de conformidade de Santa Bárbara para dar entrada em processo de licenciamento operacional corretivo das estruturas existentes no complexo de Germano, junto ao órgão ambiental estadual (Semad).

Um dos cinco municípios diretamente afetados pelas atividades da Samarco, Santa Bárbara foi o único que não entregou a declaração à mineradora.

O rompimento da barragem deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e poluiu o Rio Doce, que deságua no mar do Espírito Santo. O evento foi considerado como o maior desastre ambiental do País.

Em entrevista à Reuters em maio, o presidente da Samarco, Roberto Carvalho, citou a demora para obter o aval de Santa Bárbara como um dos obstáculos que coloca em risco a intenção de retomar a produção ainda neste ano.

A retomada da Samarco, uma joint venture da Vale com a anglo-australiana BHP Billiton, é importante para que a empresa possa arcar com reparações cobradas após o incidente e que devem atingir valores bilionários.

Santa Bárbara condicionou a entrega do documento a contrapartidas ambientais, mas uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no mês passado, havia dado 10 dias para o município apresentar seu parecer.

Na nova decisão, assinada pela ministra Cármen Lúcia, o STF derrubou a decisão.

ENTENDA

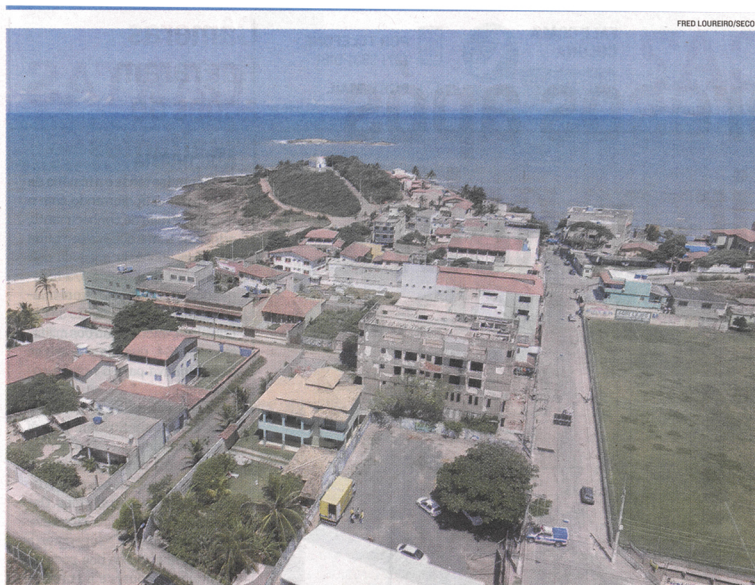
Empresa busca por licença

Atividades paralisadas

- > A SAMARCO interrompeu as atividades após o rompimento de uma de suas barragens de rejeitos de mineração em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015.
- > PARA voltar às atividades, a empresa precisa de uma licença do município de Santa Bárbara (MG) para captar água e reiniciar a produção.

- > A CIDADE, afetada diretamente pela tragédia, se nega a dar a licença.
- > A JUSTIÇA mineira havia decidido que Santa Bárbara deveria dar ao menos um parecer em 10 dias.
- > PORÉM, decisão do STF afirma que a cidade mineira não tem um prazo específico para dar o seu parecer.

Fonte: Reuters.



VISTA aérea da Ponta da Fruta, em Vila Velha. Bandidos bateram à porta e ainda gritaram: "Abre a porta, é ladrão!"

Encapuzados rendem família de advogado

Dois ladrões atacaram a casa da família do advogado Clóvis Lisboa, na Ponta da Fruta. Eles levaram carros, celulares e TVs

Katherine Paiva

Dois bandidos encapuzados invadiram uma casa e fizeram duas mulheres e quatro crianças reféns durante um assalto. A dupla fugiu levando o carro da família, um Edge preto, duas TVs, dois celulares, um notebook, um cavaquinho, uma carteira com dinheiro e a chave de um Corolla.

O crime aconteceu em Ponta da Fruta, Vila Velha, por volta das 21 horas de ontem, na casa do advogado Clóvis Lisboa dos Santos Júnior, que ficou conhecido por defender o coronel da reserva da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira, o coronel Ferreira, acusado de ser um dos mandantes da morte do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, em 2003.

Clóvis Lisboa morreu no último dia 12 de maio.

A viúva dele, uma dona de casa de 54 anos, contou que estava acompanhada da filha, de 27 anos,

e dos netos de 7, 6, 5 e 3 anos de idade na cozinha, quando os dois assaltantes chegaram e bateram na porta.

"Abre a porta, é ladrão! Anda, abre! Um deles falou já apontando a arma. Fiquei com medo, porque as crianças estavam ali perto e acabei abrindo a porta", disse a viúva para a reportagem.

De acordo com ela, os dois ban-

didados usavam toucas-ninja e estavam bem vestidos e até perfumados. "Eles foram educados, não foram agressivos", lembrou.

Os ladrões obrigaram a família a entrar no quarto da dona de casa, se ajoelhar no chão e olhar para baixo. As crianças ficaram assustadas e choraram, de acordo com a dona de casa.

"Um deles ficou conosco e pediu que acalmássemos as crianças, enquanto o outro revistava a casa em busca de objetos de valor", contou.

A dona de casa suspeita que os bandidos tenham agido a mando de alguém, pois segundo ela, perguntaram pela arma do ex-marido da filha, que é policial militar.

"Falei que ele não morava mais aqui e que devia ter levado a arma embora", disse.

Depois de recolherem os objetos de valor, os criminosos trancaram a família no banheiro e fugiram. Eles deixaram as chaves do lado de fora da porta do cômodo e o restante da casa aberta.

A dona de casa pediu ajuda e foi solta por vizinhos. A PM esteve no local, mas ninguém foi preso.



GUSTAVO FORATTINI - 28/05/2008

CLÓVIS morreu em maio deste ano

vvogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



A Rede e o PSB em Guarapari estão batendo cabeça. O presidente municipal da Rede, Wilcler Carvalho, desautoriza o do PSB, Gedson Merízio, a dizer que as duas siglas estudam aliança eleitoral.

O tamanho da perda para o ES

É possível determinar, numericamente, o quanto o Espírito Santo já perdeu por causa desta crise econômica, que tem origem na política, desde 2015? Sim, é possível, e as conclusões estarrecem.

A pedido da coluna, o economista Eduardo Araujo calculou a queda acumulada do PIB estadual de janeiro de 2015 até março de 2017. No período analisado, a economia capixaba teve um encolhimento acumulado de 12,6%. Só o setor de comércio, o que mais sofre com a crise, sofreu retração de 33,5%.

O economista também comparou o PIB do Espírito Santo nesses 27 meses de janeiro de 2015 a março de 2017 com os 27 meses anteriores (de out/2012 a dez/2014). A conclusão é que, entre os dois períodos considerados, a atividade econômica do ES encolheu 5,9%. A queda da atividade comercial foi de 26,2%. Já a do setor de serviços foi de 11,1%. São justamente dois dos segmentos que mais geram vagas de emprego.

Em todo o país, no encerramento de 2016, a queda do PIB foi de 3,6% em relação a 2015. Só no Estado, o PIB despencou incríveis 11,6%, resultado que até certo ponto reflete a paradeira nacional, mas explicado, principalmente, por fatores de coloração local, como a crise da Samarco e o baixo preço das commodities, das quais a economia capixaba mantém grande dependência.

O resultado perverso é que, em termos proporcionais, o aumento do desemprego no Espírito Santo desde o fim de 2014 foi ainda mais intenso do que no país como um todo. No Brasil, o número de desempregados cresceu 120%, passando de 6,4 milhões para 14,1 milhões. Já no ES, o número de trabalhadores procurando emprego aumentou 149% no mesmo intervalo, saltando de 118 mil para 294 mil

pessoas, de acordo com dados da Pnad. Assim, os números comprovam: a crise econômica instalada desde o fim de 2014 em todo o país tem sido particularmente ruim para o Espírito Santo.

Para 2017, no entanto, Araujo projeta, inicialmente, um princípio de recuperação da economia capixaba, refletindo a retomada do crescimento do PIB brasileiro. Mas a previsão otimista agora está refém de uma possível nova inflexão negativa gerada pelo colapso do governo Temer.

A princípio – antes que se tenham respostas mais claras para as incertezas políticas do momento –, Araujo projeta crescimento de 1,5% do PIB estadual este ano, puxado pela indústria, com crescimento estimado em 6,6%. Mas isso pode mudar. A confirmação ou piora dessas projeções dependerá do desfecho e, principalmente, da duração do novo momento de instabilidade política em Brasília.

“Até maio, as variáveis macroeconômicas eram favoráveis a um crescimento no médio prazo. A gente já estava segurando por um fio aquela possibilidade de retomada de 0,5% do PIB nacional em 2017 e de 2% em 2018. Já para o Estado, minha projeção inicial é de alta de 1,5% do PIB, até porque o de 2016 foi muito baixo. Em 2018 também deve ser bom, com a Samarco voltando a operar e porque, em ano eleitoral, a tendência é de retomada de alguns investimentos públicos reprimidos, o que reativa principalmente a indústria de construção pesada. Essas são as projeções de hoje, pressupondo que essa crise política não se pos-

tergue por muito tempo”, formula Araujo.

“Por outro lado, se essa crise se estender muito, como no ano passado, inclusive com fatos novos, pode complicar ainda mais a situação da economia do país, que já está muito difícil. Uma solução demorada pode comprometer muito o crescimento econômico, colocando em risco a resolução do problema do desemprego. Então, a questão que se coloca é o tempo em que essas questões serão resolvidas”, conclui o economista.

O custo de um Congresso parado é enorme para o país. E, principalmente, para o Estado. Quem acaba pagando a conta é a população mais humilde.



CENA POLÍTICA

Discursando da tribuna do plenário, o deputado estadual José Esmeraldo (PMDB) criticou o alto preço da tarifa de ônibus do Transcol aos domingos e a estrutura precária do sistema. Arrematou com um recado: “Quero deixar essa mensagem para o secretário da Casa Civil, Zé Carlinhos, que é o homem que resolve”. De saída, ele se afastou um pouco do microfone, ainda

ligado, e disparou em alto e bom som, para quem quisesse ouvir: “Resolve nada... Resolve p**** nenhuma esse secretário”. O microfone captou tudo, inclusive o palavrão. Em tempo, não vêm de hoje as reclamações de deputados com o secretário. Na última reunião de Zé Carlinhos com os integrantes da base, em meados de maio, as cobranças foram duras e o clima pesou.

Os números da economia

Com base em levantamentos do IBGE e do Banco Central, o economista Eduardo Araujo fornece à coluna os dados do desempenho por segmento econômico no Espírito Santo e do PIB estadual desde 2013. Confira:

2013

- . Serviços: +2,8%
- . Comércio: -4,3%
- . Indústria: -4,3%
- . PIB: -0,7%

2014

- . Serviços: -2,2%
- . Comércio: -3,9%
- . Indústria: +5,7%
- . PIB: +3,7%

2015

- . Serviços: -6,1%
- . Comércio: -16,2%
- . Indústria: +4,5%
- . PIB: -1,6%

2016

- . Serviços: -8,3%
- . Comércio: -15,0%
- . Indústria: +5,6%
- . PIB: -11,6%

2017 (1º trimestre)

- . Serviços: -1,3%
- . Comércio: -6,6%
- . Indústria: +5,6%
- . PIB: +0,4%

“Ditadura nunca mais”

O deputado Josias da Vitória (PDT) chamou o governador Paulo Hartung de “ditador” na sessão de ontem da Assembleia e disse que vivemos em um Estado de ditadura. “Curioso é que o militar sou eu, mas repudio a ditadura que vivemos neste Estado”. Da Vitória criticou a articulação da base para arquivar, na véspera, o projeto que criava o líder da minoria na Casa. Só ele e Sergio Majeski, autor do projeto, votaram a favor.